



INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO COMPARTILHADA – CNPJ: 21.236.845/0001-50
CONTRATO DE GESTÃO Nº 05/2022 SES/GO – POLICLÍNICA REGIONAL UNIDADE GOIAS – CNPJ: 21.236.845/0004-01

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa c/ restrição	4.1	2.349	-	Exigibilidades de projetos com restrição		2.557	-
Caixa		-	-	Fornecedores a pagar	5.1.a	552	-
Bancos conta movimento		0	-	Fornecedores a faturar	5.1.b	1.159	-
Aplicações		2.349	-	Obrigações trabalhistas	5.2	202	-
Créditos com restrição	4.2	16	-	Encargos sociais a recolher	5.2	101	-
Recursos a receber Contrato de Gestão		-	-	Obrigações tributárias a recolher	5.2	167	-
Adiantamentos		14	-	Provisões trabalhistas a pagar	5.2	257	-
Tributos a recuperar		2	-	Recursos do Contrato de Gestão a executar	5.3	117	-
Estoques com restrição	4.3	192	-	Empréstimos estoque a pagar	5.4	2	-
Estoques		192	-				
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.557	-	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.557	-
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado com restrição		-	-	Exigibilidades de projetos com restrição		-	-
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.4	-	-	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL ATIVO		2.557	-	TOTAL PASSIVO		2.557	-
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Ativo compensado com restrição	8	85.927	-	Passivo compensado com restrição	8	85.927	-
Contrato de gestão – saldo financeiro		79.765	-	Contrato de gestão – saldo financeiro		79.765	-
Bens recebidos em comodato		1.497	-	Bens recebidos em comodato		1.497	-
Bens patrimoniais do Contrato de Gestão		4.665	-	Bens patrimoniais do Contrato de Gestão		4.665	-
TOTAL ATIVO COMPENSADO		85.927	-	TOTAL PASSIVO COMPENSADO		85.927	-
TOTAL ATIVO + COMPENSADO		88.484	-	TOTAL PASSIVO + COMPENSADO		88.484	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita c/atividades operacionais (saúde)	7.1	24.393	-
Receitas com restrição		24.393	-
Receitas do Contrato de Gestão		24.002	-
Receitas com glosas do Contrato de Gestão		366	-
Receitas de doações		10	-
Outras receitas		15	-
Custos/Despesas	7.2	(24.705)	-
Custos e despesas c/atividades de saúde	7.2.1	(24.705)	-
Pessoal, encargos e benefícios		(3.329)	-
Serviços		(8.538)	-
Bens e benfeitorias		(994)	-
Alugueis		(7.676)	-
Serviços contratados		(217)	-
Manutenção		(3.385)	-
Despesas de apoio		(5)	-
Despesas tributárias		(2)	-
Rateio de despesas		(89)	-
Despesas bancárias		(464)	-
RESULTADO BRUTO		(312)	-
Resultado financeiro líquido		312	-
Resultado financeiro liq com restrição		312	-
Receitas financeiras		314	-
Despesas financeiras líquidas		(2)	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES		
Superávit / (Déficit) do exercício	-	-
(-) Depreciação e amortização	-	-
Superávit ajustado	(208)	-
(Aumento) / Redução créditos com restrição	(208)	-
(Aumento) / Redução adiantamentos	(14)	-
(Aumento) / Redução tributos a recuperar	(2)	-
(Aumento) / Redução estoques	(192)	-
Aumento / (Redução) exigibilid projetos c/restrição	2.557	-
Aumento / (Redução) fornecedores a pagar	552	-
Aumento / (Redução) fornecedores a faturar	1.159	-
Aumento / (Redução) obrigações trabalhistas	202	-
Aumento / (Redução) encargos sociais a recolher	101	-
Aumento / (Redução) obrigações tributárias a recolher	167	-
Aumento / (Redução) empréstimos estoque a pagar	2	-
Aumento / (Redução) provisões trabalhistas a pagar	257	-
Aumento / (Redução) recursos do C. Gestão a executar	117	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.349	-
FLUXO DE CX DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) / Redução imobilizado	-	-
Caixa liq gerado pelas atividades de investimento	-	-
FLUXO DE CX ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa liq gerado pelas atividades de financiamento	-	-
VARIAÇÃO LÍQ. CX E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.349	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.349	-
Disponibilidade líquida no final do exercício	2.349	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, filantrópica, dirigida ao ensino, a pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, a proteção e preservação do meio ambiente, a cultura, a assistência social e especialmente à área de educação, com duração indeterminada e atuação em todo o território nacional, tendo sede e foro na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, criada em 08/07/2014 com registro 1º Cartório de Protestos, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Goiânia sob o nº 6.031 de 27/08/2014, CNPJ nº 21.236.845/0001-50 e tem por finalidade:

- Promover gratuitamente a saúde, observando-se a forma complementar de participação da organização;
- Promover ações e prestar serviços, gratuitamente, de atenção às necessidades do desenvolvimento humano e social, priorizando as pessoas que se encontram em situação de risco;
- Promover o desenvolvimento integral do ser humano, através da busca e construção de propostas efetivas de promoção e proteção à vida individual e coletiva;
- Elaborar, promover, executar e apoiar estratégias e ações inovadoras visando o desenvolvimento humano e social, nas áreas de atuação desenvolvidas;
- Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas, e programas intersetoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando garantir a universalidade e a qualidade da atenção ao ser humano e a proteção a sua família, na perspectiva de concretizar o direito e as oportunidades de acesso aos bens socioculturais necessários ao desenvolvimento humano e social;
- Promover o estabelecimento de intercâmbios, a produção de pesquisas e publicação, bem como a realização de eventos, reuniões, círculos de estudos, conferências, debates, cursos, palestras, seminários, e outros fins, visando a divulgação de resultados observados nos seus projetos, a troca de informações e construção/difusão de conhecimento desenvolvidos pelo Instituto;
- Prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela, na área específica de atendimento aqueles que deles necessitarem.

As presentes demonstrações contábeis contemplam as operações do Contrato de Gestão 05/2022-SES celebrado em Maio/2022 por um período de 48 (quarenta e oito) meses, com a Secretária Estadual de Saúde do Estado de Goiás, para fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na **Policlínica Regional Unidade Goiás**, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras - Goiás - GO, conforme Cláusula Primeira do Contrato de Gestão, executado e segregado no IBGC através da filial CNPJ nº 21.236.845/0004-01, aberto em 15/12/2021, na cidade de Goiás - GO.

2. Políticas Contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a legislação específica, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, de acordo com a Resolução CFC - 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, combinada com a NBC TG 1000 (CPC/PME) Contabilidade para pequenas Empresas.

A moeda funcional utilizada é o real estando todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do superávit ou déficit

Na apuração do superávit ou déficit do exercício aplica-se o regime de competência para o reconhecimento das receitas e das despesas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez. As aplicações financeiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de realização.

c) Provisão para demandas judiciais

Provisões para demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, sendo registrados contabilmente, quando aplicável, em conformidade com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

d) Provisão para férias e correspondentes encargos sociais

A provisão para férias e correspondentes encargos é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (englobando as férias vencidas e proporcionais bem os encargos sociais incidentes, conforme Mapa de Provisão de Férias e Décimo Terceiros, emitidos ao final de cada fechamento mensal da folha de pessoal.

e) Isenção tributária

O Instituto, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de impostos e contribuições, mais especificamente do Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS).

f) Remuneração dos membros administrativos

Conforme estatuto o Instituto remunera os membros da Diretoria, não havendo remuneração para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

g) Recursos de aplicação restrita e as responsabilidades de tais recursos

Referem-se aos repasses advindos de Contratos de Gestão, as quais estão contabilizadas em contas de obrigações no passivo do Instituto, sendo apropriadas no resultado no mês de sua efetiva execução. A aplicação destes recursos é vinculada ao objeto pactuado no contrato de gestão.

h) Subvenção governamental

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma:

- I) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos;
- II) A subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas;



III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitas são reconhecidas no passivo. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

Ressalta-se que é prática o registro no passivo em rubrica de Recursos a Executar, correspondentes aos valores destinados a cobrir gastos com custos rescisórios do Contrato de Gestão, tais como (a) indenizações a empregados (aviso prévio em demissão sem justa causa, multa rescisória do FGTS e demais encargos rescisórios); (b) terceiros em eventual interrupção do contrato de gestão, em consonância com a NBC TG 25 (R1) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Entretanto, atualmente essas contingências não são objeto de provisão, porque os mesmos não atendem atualmente todos os critérios de reconhecimento preconizados pelo item 14 da NBC TG 25 - R1.

i) Imobilizado - critérios e procedimentos de registro de aquisição de bens permanentes com recursos do Contrato de Gestão

Os bens de natureza permanente, adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, estão devidamente registrados em contas próprias de despesas e em contas de compensação, não havendo depreciação, visto serem estes ativos de propriedade do Governo do Estado de Goiás, os quais são comunicados mensalmente ao Setor Patrimônio do Estado, para o efetivo tombamento como bem público, a disposição do Instituto, devendo ser devolvidos ao final do término do Contrato de Gestão.

j) Segregação de recursos próprios e de terceiros

O Balanço Contábil Anual refere-se exclusivamente à movimentação financeira, contábil e patrimonial do Contrato de Gestão Nº 05/2022-SES, portanto integralmente segregado de quaisquer outras movimentações da Administração ou de outros contratos de gestão.

k) Julgamentos ou estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são:

- a) A estimativa de perdas provenientes de glosas nos repasses do contratante;
- b) As subvenções a apropriar, para as quais o Instituto tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis);
- c) A provisão para ativos e passivos contingentes.

l) Contas de Compensação - Saldo Financeiro a Receber do Contrato de Gestão

O Instituto, objetivando demonstrar o saldo global do Contrato de Gestão a receber do Estado, controla no ativo e passivo compensado, mediante registro do valor global do contrato de gestão e aditivos subtraídos das baixas correspondentes aos repasses recebidos e também as glosas referentes a custos da unidade de saúde, objeto deste contrato de gestão, executados e pagos pela própria Secretária de Estado da Saúde.

m) Demonstrações do fluxo de caixa - DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método indireto, em conformidade com a Resolução CFC nº1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T-03 Demonstração de Fluxo de Caixa.

4. Principais grupos das demonstrações contábeis

4.1. Caixa e equivalentes de caixa com restrição

O saldo deste grupo é composto por saldo de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de liquidez imediata, mantidos na Caixa Econômica Federal, referentes aos recursos do Contrato de Gestão e distribuídos conforme quadro abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa com restrição	2022	2021
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	0	-
Aplicações Financeiras	2.349	-
Total	2.349	-

4.2. Créditos com Restrição

Neste grupo estão registrados os valores a receber da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Goiás, bem como adiantamentos de salários e tributos a recuperar, conforme quadros abaixo, a serem baixados no exercício de 2023.

Contas a receber	2022	2021
Adiantamentos salários	14	-
Total	14	-

Tributos a recuperar	2022	2021
FGTS a recuperar	2	-
IRRF a recuperar	0	-
Total	2	-

4.3. Estoque com Restrição

Compreende todos os saldos em estoque adquiridos e/ou lançados pelo setor de estoque a título de empréstimos, os quais são utilizados na unidade de saúde, objeto do contrato de gestão.

Estoque com restrição	2022	2021
Estoque	192	-
Empréstimos de estoque	0	-
Total	192	-

4.4. Ativo Não Circulante - Imobilizado com Restrição

Os bens imobilizados adquiridos com recursos do contrato de gestão, são registrados e mantidos em contas de despesas e de compensação até o término do contrato de gestão, quando serão efetivamente devolvidos ao Estado. Conforme contrato de gestão, periodicamente o Instituto comunica ao Estado todas as aquisições de bens imobilizados, mediante o qual o ente público contratante, efetua o devido tombamento como bem público.



5. Passivo circulante / exigibilidades com restrição

Este grupo de contas contempla as obrigações a pagar com fornecedores pela aquisição de bens ou serviços, obrigações de pessoal, encargos sociais e tributos a recolher, entre outros, para utilização no objeto fim do contrato de gestão.

5.1. Fornecedores a pagar/faturar com restrição

O saldo de fornecedores a pagar refere-se valores devidos por aquisição de bens e serviços, os quais já tiveram o processo de despesa devidamente atesto e aguardam a efetiva quitação da obrigação. Como fornecedores a faturar tem-se o somatório do valor bruto de serviços prestados por fornecedores de serviços, da competência do exercício de 2022 e, para os quais não foram emitidas, até 31 de dezembro, as correspondentes notas fiscais de faturamento. Este saldo é baixado e transferido para Fornecedores a Pagar à medida que forem sendo provisionadas as notas fiscais de cada credor.

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores a pagar	552	-
Fornecedores a faturar	1.159	-
Total	1.711	-

5.2. Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias a pagar com restrição

Este grupo contempla as obrigações a pagar com pessoal incluindo as provisões com encargos de férias e décimo terceiro, encargos sociais e tributos retidos na fonte sobre folha e sobre serviços prestados por fornecedores pessoa jurídica e pessoa física, conforme quadros abaixo:

Obrigações trabalhistas	2022	2021
Salários a pagar	202	-
Total	202	-

Encargos sociais a recolher	2022	2021
INSS s/ folha a recolher	72	-
FGTS s/ folha a recolher	26	-
PIS s/ folha a recolher	3	-
Total	101	-

Obrigações tributárias a recolher	2022	2021
IRRF s/ folha a recolher	39	-
IRRF s/ autônomos a recolher	12	-
CSRF retido a recolher	98	-
INSS retido a recolher	18	-
Total	167	-

Provisões trabalhistas (férias e 13º salário)	2022	2021
Provisões de férias e encargos	256	-
Total	256	-

5.3. Recursos do contrato gestão a executar com restrição

Este grupo representa o saldo a executar de recursos recebidos do Contrato de Gestão, o qual é baixado mensalmente em função da apropriação mensal da receita, tendo como base o montante de despesas de cada período.

Contrato de gestão a executar	2022	2021
Contrato de gestão a executar	117	-
Total	117	-

5.4. Empréstimos a pagar - estoques

Este grupo contempla os valores de entrada em estoque a título de empréstimos, conforme balanço mensal dos estoques da unidade de saúde, os quais são baixados por ocasião da efetiva devolução.

Empréstimos a pagar	2022	2021
Empréstimos de medicamentos a pagar	2	-
Total	2	-

6. Patrimônio líquido com restrição

Por se tratar de execução de um projeto governamental, celebrado e executado via contrato de gestão, todo recurso recebido é contabilizado no passivo sendo baixado mensalmente até o limite do montante dos custos e despesas aplicados no objeto fim do contrato de gestão. Não há, portanto, superávit e/ou déficit do exercício, nem tampouco saldos a título de Patrimônio Líquido.

7. Resultado com restrição

Neste grupo estão escrituradas as receitas e custos com restrição referente ao Contrato de Gestão executado em 2022, conforme elencado na Demonstração de Resultado do Período, com resultado nulo, devido ao fato que as receitas são apropriadas mensalmente até o limite do montante mensal das despesas.

7.1. Receitas com restrição

Este grupo contempla as receitas próprias do contrato de gestão, as receitas com glosas, doações e outras receitas, distribuídos conforme quadro abaixo. Destaca-se em maior valor as receitas apropriadas mensalmente até o limite dos custos e despesas, bem como as receitas com glosas, referente às despesas da unidade de saúde executadas e pagas pela contratante, Secretaria de Saúde e glosadas do repasse devido ao Instituto.

Receitas	2022	2021
Receitas de subvenções Estado	24.002	-
Receitas glosas	366	-
Receitas de doações	10	-
Outras receitas	15	-
Total	24.393	-

7.2. Custos / Despesas com restrição

Refere-se apropriação dos custos e despesas com pessoal, materiais e medicamentos, serviços de terceiros, locações, manutenções e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto fim do contrato de gestão, distribuídos conforme itens 7.2.1 e 7.2.2 abaixo.



7.2.1. Custos / Despesas com atividades de saúde

Custos e Despesas	2022	2021
Pessoal	(2.066)	-
Encargos sociais	(787)	-
Provisões trabalhistas	(476)	-
Subtotal com pessoal	(3.329)	-
Custos com materiais	(8.538)	-
Serviços	(994)	-
Bens e benfeitorias	(7.676)	-
Alugueis	(218)	-
Serviços contratados	(3.385)	-
Manutenção	(5)	-
Despesas de apoio	(2)	-
Despesas tributárias	(89)	-
Rateio de despesas	(464)	-
Despesas bancárias	(5)	-
Subtotal demais custos	(21.376)	-
Total	(24.705)	-

7.2.2. Resultado financeiro líquido com restrição

Esse grupo é composto pelo resultado das receitas financeiras subtraídas do IRRF e IOF s/ Rendimento. Compõe também este grupo as despesas financeiras com juros e multas subtraídas das recuperações de despesas pagas, conforme composição abaixo.

Resultado financeiro com restrição	2022	2021
(+) Receitas financeiras	314	-
(-) Despesas financeiras	(4)	-
(+) Recuperação de despesas financeiras	2	-
(=) Despesas financeiras líquidas	(40)	-
Resultado financeiro	312	-

8. Contas de compensação com restrição

O grupo de contas de compensação, somente para fins de registro e controle extra contas patrimoniais, são utilizadas para contabilização dos bens permanentes recebidos via termo de permissão somados aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e também do saldo financeiro global do contrato de gestão a receber do Estado.

9. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2023, o Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada - IBGC foi alvo de ação policial com o objetivo de investigar supostas irregularidades cometidas no processo de contratação de empresa para prestação de serviços médicos nas unidades hospitalares sob sua gestão.

Os contratos firmados entre a Policlínica Regional Unidade de Goiás e Amme Saúde Ltda. totalizavam R\$ 2.793.987,00 (dois milhões, setecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e sete reais). Deste valor, até 31 de dezembro de 2022, foi pago o montante de R\$ 2.067.407,43 (dois milhões, sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e três centavos) pela prestação de serviços.

Além de colaborar com o andamento das investigações, o Instituto implementou medidas imediatas para enfrentamento da situação, por meio da criação de um Plano de Ação abordando estratégias em diversas áreas operacionais e administrativas, de modo a garantir a continuidade de suas atividades e assegurando lisura na realização dos seus processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

Dentre as medidas previstas no Plano de Ação destacam-se:

- Substituição da empresa contratada, objeto da ação policial;
- Revisão de todos os processos seletivos já realizados pelo Instituto, assim como adoção de maior rigor na realização de novos processos;
- Implantação de Comissão de Processo Seletivo;
- Reestruturação do setor de licitações e contratos;
- Revisão e ajuste na estrutura organizacional;
- Contratação de empresa independente para estruturação do setor de Compliance;
- Intensificação na fiscalização e acompanhamento dos contratos firmados com terceiros, dentre outras.

Com a adoção dessas medidas, a alta administração do Instituto pretende assegurar que todos os processos de contratação realizados atendam aos princípios basilares da Administração Pública, bem como garantir uma adequada aplicação dos recursos financeiros.

Goiás-GO, 31 de dezembro de 2022.

Lucio Antônio Pereira de Oliveira
Contador CRC GO 013331/O-8

Ludmylla Bastos e Barbosa Maqueara
Diretora Administrativa Financeira



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Conselheiros da
POLICLÍNICA REGIONAL UNIDADE GOIÁS
Goiânia – GO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da POLICLÍNICA REGIONAL UNIDADE GOIÁS (PGOIÁS ou Entidade), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PGOIÁS em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento do Custo com Materiais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo contábil de Custo com Materiais totaliza R\$ 8.348.134,39, enquanto o relatório de controle de estoque apresenta o valor de R\$ 5.093.764,24 a título de baixa de estoques, estando R\$ 3.254.370,15 a maior em relação ao valor do custo registrado na contabilidade. Não foi apresentada conciliação ou composição que justificasse essa diferença. Verificamos que a parametrização para o reconhecimento do custo com matérias não está adequada, estão sendo contabilizadas despesas de outras naturezas no grupo. Dessa forma não foi possível opinarmos sobre o saldo dos estoques no ativo e seus reflexos no resultado.

Ênfase

Investigação de supostas irregularidades em processo de contratação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, no dia 26 de janeiro de 2023, o Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada - IBGC foi alvo de ação policial com o objetivo de investigar supostas irregularidades cometidas no processo de contratação de empresa para prestação de serviços médicos nas unidades hospitalares sob sua gestão. Na investigação, foram apontados os contratos firmados entre Policlínica Regional Unidade de Goiás e Amme Saúde Ltda. totalizavam R\$ 2.793.987,00 (dois milhões, setecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e sete reais). Desse valor, até 31 de dezembro de 2022, foi pago o montante de R\$ 2.067.407,43 (dois milhões, sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e três centavos) pela prestação de serviços. Além de colaborar com o andamento das investigações, o Instituto implementou medidas imediatas para enfrentamento da situação, por meio da criação de um Plano de Ação abordando estratégias em diversas áreas operacionais e administrativas, de modo a garantir a continuidade de suas atividades e assegurando lisura na realização dos seus processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços. Dentre as medidas previstas no Plano de Ação destacam-se: Substituição da empresa contratada, objeto da ação policial; Revisão de todos os processos seletivos já realizados pelo Instituto, assim como adoção de maior rigor na realização de novos processos; Implantação de Comissão de Processo Seletivo; Reestruturação do setor de licitações e contratos; Revisão e ajuste na estrutura organizacional; Contratação de empresa independente para estruturação do setor de Compliance; Intensificação na fiscalização e acompanhamento dos contratos firmados com terceiros, dentre outras. Com a adoção dessas medidas, a alta administração do Instituto pretende assegurar que todos os processos de contratação realizados atendam aos princípios basilares da Administração Pública, bem como garantir uma adequada aplicação dos recursos financeiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

A PGOIÁS iniciou suas atividades em maio de 2022, de forma que estamos realizando sua primeira auditoria.

Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Entidade continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A Segurança Razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis; inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante os nossos trabalhos.

Barueri, 09 de maio de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Protocolo 379820





INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO COMPARTILHADA – IBGC – CNPJ: 21.236.845/0001-50

Relatório de Execução dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de Goiás – 2022

Em atendimento à Lei 15.503/2005 e por força dos Contratos de Gestão celebrados entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES/GO) e o Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada-IBGC, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Policlínica Regional Unidade Goiás, referente ao período de 28 de março a 31 de dezembro de 2022. O presente relatório apresenta a execução dos Planos de Metas de Produção e Indicadores de Desempenho previstos contratualmente, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados no período.

POLICLÍNICA ESTADUAL DA REGIÃO RIO VERMELHO- GOIÁS

Contrato de Gestão Nº 05/2022-SES/GO – Vigência: 12/01/2022 a 11/01/2026

1. Identificação da unidade

Nome: Policlínica Estadual da Região Rio Vermelho- Goiás

CNES: 2855356

Endereço: Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal), Goiás-GO.

Tipo de Unidade: É uma unidade de média complexidade em procedimentos, por meio de serviços de atendimento especializado em consultas médicas e multiprofissionais, procedimentos cirúrgicos ambulatoriais e serviço de apoio diagnóstico e terapêutico.

Esfera da Administração: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO.

2. Metas de Produção

Serviços	Consultas Médicas Especializadas			Consultas Multiprofissionais			Serviço às pessoas Ostomizadas I (dispositivos)		
	Mês	Contratado	Realizado	Δ%	Contratado	Realizado	Δ%	Contratado	Realizado
Março	5.748	27	-99,5%	2.064	2	-99,9%	150	0	-100,0%
Abril	5.748	343	-94,0%	2.064	89	-95,7%	150	0	-100,0%
Maio	5.748	757	-86,8%	2.064	105	-94,9%	150	0	-100,0%
Junho	5.748	855	-85,1%	2.064	498	-75,9%	150	0	-100,0%
Julho	5.748	649	-88,7%	2.064	383	-81,4%	150	0	-100,0%
Agosto	5.748	855	-85,1%	2.064	1.051	-49,1%	150	0	-100,0%
Setembro	5.748	872	-84,8%	2.064	1.024	-50,4%	150	0	-100,0%
Outubro	5.748	909	-84,2%	2.064	1.428	-30,8%	150	0	-100,0%
Novembro	5.748	1.348	-76,6%	2.064	1.524	-26,2%	150	0	-100,0%
Dezembro	5.748	1.501	-73,9%	2.064	1.303	-36,9%	150	0	-100,0%
2022	57.480	8.116	-85,9%	20.640	7.407	-64,1%	1.500	0	-100,0%

Serviços	Cirurgias Menores Ambulatoriais			SADT			Terapia Renal Substitutiva		
	Mês	Contratado	Realizado	Δ%	Contratado	Realizado	Δ%	Contratado	Realizado
Março	120	0	-100,0%	3.310	0	-100,0%	486	0	-100,0%
Abril	120	0	-100,0%	3.310	25	-99,2%	486	0	-100,0%
Maio	120	0	-100,0%	3.310	386	-88,3%	486	0	-100,0%
Junho	120	0	-100,0%	3.310	606	-81,7%	486	0	-100,0%
Julho	120	0	-100,0%	3.310	792	-76,1%	486	0	-100,0%
Agosto	120	0	-100,0%	3.310	1.377	-58,4%	486	0	-100,0%
Setembro	120	0	-100,0%	3.310	815	-75,4%	486	0	-100,0%
Outubro	120	0	-100,0%	3.310	951	-71,3%	486	0	-100,0%
Novembro	120	0	-100,0%	3.310	1.126	-65,9%	486	0	-100,0%
Dezembro	120	20	-83,3%	3.310	1.055	-68,1%	486	0	-100,0%
2022	1.200	20	-98,3%	33.100	7133	-78,4%	4.860	0	-100,0%

Serviços	Unidade de Prevenção ao Câncer			Centro de Especialidade odontologia (CEOI)- Consultas			Centro de Especialidade odontologia (CEOI)- Procedimentos		
	Mês	Contratado	Realizado	Δ%	Contratado	Realizado	Δ%	Contratado	Realizado
Março	1.440	0	-100,0%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Abril	1.440	0	-100,0%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Maio	1.440	5	-99,6%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Junho	1.440	695	-51,7%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Julho	1.440	429	-70,2%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Agosto	1.440	859	-40,3%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Setembro	1.440	656	-54,4%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Outubro	1.440	929	-35,5%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Novembro	1.440	623	-56,7%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
Dezembro	1.440	562	-60,9%	480	0	-100,0%	255	0	-100,0%
2022	14.400	4.758	-66,9%	4.800	0	-100,0%	2.550	0	-100,0%

3. Indicadores de Desempenho

Indicadores	Meta	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
Razão de Opinião e Percepção dos Usuários Relativa ao atendimento na Unidade	≥ 90%		22%	29%	45%	75%	90%	100%	93%	100%	100%
Percentual de Reclamações recebidas na Ouvidoria da SES	<5%		0%	0%	0%	0%	0,42%	0,30%	0,10%	0,19%	0,11%
Razão de Quantitativo de Consultas Ofertadas	100%	2%	37%	39%	37%	41%	44%	50%	48%	80%	108,30%
Razão de Quantitativos de exames (SADT) ofertadas	100%	1%	4%	69%	108%	108%	113%	106%	158%	133%	132,69
percentual de Exames de Imagem com Resultados em até 72 h	≥ 70%		0%	77%	45,54%	100%	89,39%	100%	42,54%	62,37%	53,6% ⁸
Percentual de Exames Laboratoriais liberados em até 2 h	≥ 70%		0%	0%	0%	13%	4,95%	9,49%	10,82%	32%	4,95%

4. Considerações finais

A efetiva operacionalização da unidade iniciou-se no dia 28/03/2022, ofertando as especialidades orientadas pela Gerência de Atenção Secundária - GERAS/SAIS/SES. Em 11/05/2022 a unidade foi inaugurada pela SES/GO, com os serviços ainda em fase de implantação, sendo que a agenda das consultas médicas foi realizada, sem o instrumento norteador necessário para o dimensionamento das ofertas por especialidade.

Sendo assim, conforme pactuado no Contrato de Gestão nº 05/2022/SES-GO, no período 28 de março a 31 de dezembro de 2022, a Policlínica de Goiás apresentou mensalmente aos órgãos fiscalizadores, todos os resultados quanto às Metas de Produção e Indicadores de Desempenho alcançados, por meio de relatórios e planilhas de produção. O IBGC, vem ratificar o compromisso de sempre realizar seus trabalhos dentro dos preceitos legais e éticos, conforme preconiza a boa gestão, e coloca-se à disposição da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO para sempre adotar melhorias frente à gestão da unidade, a fim de entregar a sociedade uma atenção especializada e de referência, cumprindo seu propósito de cuidar do amor de alguém.

Protocolo 379821